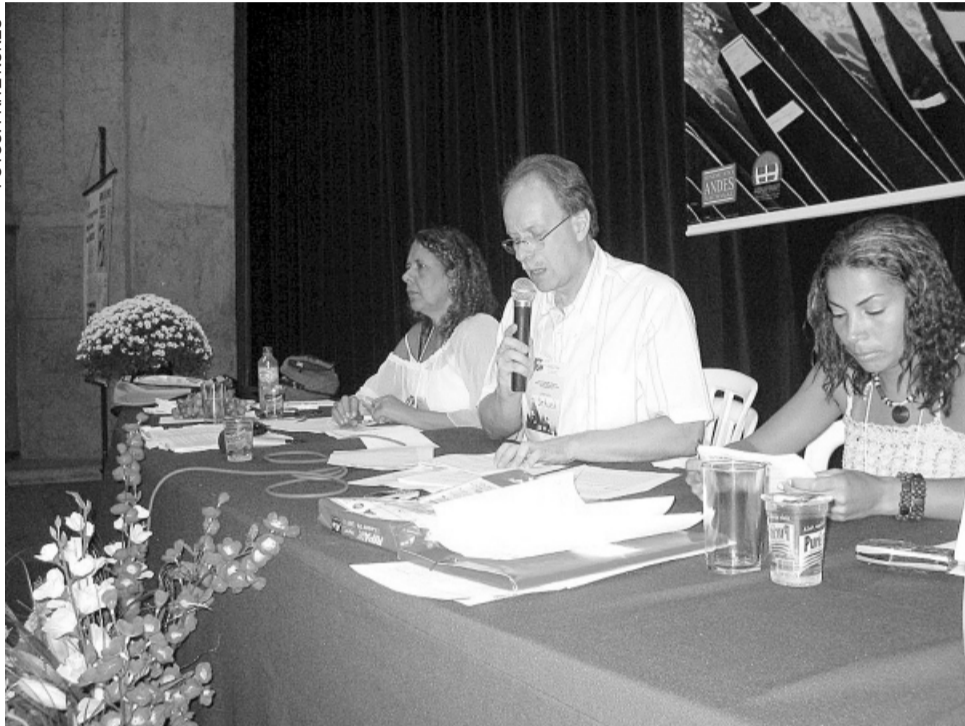


## RADAR

# ANDES quer atuação com a Coordenação de Servidores na luta por melhores salários



Luiz Henrique Schuch (ao microfone) coordenou uma das plenárias do Congresso

O 25º Congresso do ANDES-SN de Cuiabá (MT), ocorrido de 5 a 10 de março, foi um momento de divergências e de consensos. Dentre os consensos, o plano de lutas para as Instituições Federais de Ensino Superior. Com uma

participação de 329 delegados, 29 observadores e 4 convidados, representando um total de 65 seções sindicais, os congressistas definiram como um dos principais aspectos a serem considerados a atuação conjunta com a

Coordenação dos Servidores Públicos Federais (CNEFSF) para que as reivindicações ao governo se dêem de forma unitária. No sentido da melhoria salarial, também foi destacado que os professores devem lutar por uma política salarial para os SPFs que valorize o vencimento básico, com paridade e isonomia, compensando, no mínimo, a inflação anual e as perdas salariais desde janeiro de 1995. E, ainda, exigir do governo o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos.

O reconhecimento por parte do governo de que a data-base do funcionalismo federal é 1º de maio é um outro ponto aprovado no Congresso de Cuiabá, assim como aspectos reivindicados há bastante tempo para o governo, tais como a incorporação ao vencimento básico de gratificações como a GAE, GED e GEAD, mas com paridade entre docentes ativos e aposentados. A carência de reposição de vagas dos professores também foi questionada. Para os congressistas, é preciso exigir a imediata realização dos concursos públicos previstos em portarias e anúncios oficiais do MEC, denunciando metas de concurso

não realizados, a exemplo das 5.200 vagas anunciadas em 2005. Também deve ser prioridade a luta pela realização de concursos públicos para a recomposição e ampliação de todas as vagas nas carreiras de Magistério de 1º e 2º grau e superior das IFES, exigindo do governo a construção e o cumprimento de um calendário para reposição dessas vagas.

**PRECARIZAÇÃO-** Opor-se à precarização do trabalho docente também está na prioridade do Movimento Docente. O ANDES-SN identifica dentre as ações de precarização: aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos públicos, programas de excelência para aproveitamento de aposentados, programas de aproveitamento de jovens doutores e estudantes de pós-graduação, distorções do estágio docência na pós-graduação como alternativa à contratação de professores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizam a carreira docente, redução no número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado, como alternativa à realização de concursos públicos para contratação de professores.

## Expansão “irresponsável” e “eleitoreira”

Os integrantes do Congresso de Cuiabá foram muito críticos com o atual processo desenvolvido pelo governo federal (via MEC) de criação de novas Instituições Federais de Ensino. Para a maioria presente, a expansão tem sido “irresponsável” e “eleitoreira”, pois não estaria levando em conta critérios técnicos, ou seja, implementada “sem dotação de recursos financeiros e humanos compatíveis com um ensino público de qualidade e socialmente referenciado.” Apesar dessa avaliação ter sido vencedora, houve pelo menos uma ponderação em contrário: um dirigente da Associação Docente da Federal da Bahia (APUB), destacou que em seu estado, a implementação da Universidade do Recôncavo levou em conta a aspiração da comunidade, com a realização de concurso público. Também conforme entendimento do Sindicato, os reitores estariam sendo “coniventes” com este processo que vem sendo colocado em prática pelo governo.

**BOLSAS-** Uma outra bandeira importante a ser levantada em 2006 é do “reajuste imediato nos valores das bolsas capacitação no país, do sistema federal, com base na vinculação destas aos salários dos docentes, devendo corresponder a 70% do vencimento do Assistente I, para a realização do Mestrado e do vencimento do Adjunto I para a realização do Doutorado, incluindo todas as gratificações devidas a estes, pelo seu valor máximo”.

Sobre a contratação de professores substitutos, o Congresso do ANDES entendeu que é preciso “redefinir a contratação dos substitutos de modo a restringir os contratos a situações de excepcionalidade, nos termos da Proposta de Carreira Única do ANDES-SN, em especial a isonomia com a remuneração do quadro permanente das IFES.” O entendimento consensual em relação aos aposentados é de que se deve pagar 100% da GED para eles, ao contrário do que ocorre hoje.

Para enfrentar temas como a Reforma Universitária, a sugestão apontada é de que se construa uma “aliança com estudantes, técnico-administrativos e população local no sentido de construir uma pauta da Universidade como um todo, abrangendo questões estruturais relativas à defesa do projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.” A questão da Previdência Social também foi motivo de preocupação. No entendimento geral é preciso “lutar pelo caráter público da Seguridade Social e contra a previdência complementar e os fundos de pensão.”

## Depois de horas

O Congresso do ANDES é um evento que ocorre anualmente e, nem podia ser diferente, pois participar dele significa enfrentar uma maratona estafante. O encontro é dividido por discussões em grupo nos três primeiros dias e plenárias deliberativas nos últimos dois dias. Mas são nas plenárias os grandes embates. Mesmo que em 2006 tenham se ausentado as forças ligadas ao PROIFES

(Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior), a polêmica sempre existe, o que acaba levando as decisões a serem tomadas noite adentro ou, como no caso da plenária de encerramento, madrugada adentro.

No Congresso de Cuiabá, um tema que polarizou e tomou horas de discussão foi a questão da prestação de contas do diretor do ANDES-SN, Antonio de Pádua Rodrigues. Em 2004, no Congresso de Curitiba, foram levantadas questões sobre a ausência de prestação de contas do referido professor no período de 2000-2002, o que teria levado a uma dívida deste com o Sindicato. Depois de mais de um ano de análise, com versões de parte a parte, uma comissão chegou à conclusão que Pádua deveria devolver ao ANDES R\$ 795,00. A plenária aprovou essa orientação do sindicato e ainda concordou com a aplicação de uma advertência ao diretor.

Ao ocupar o microfone para fazer a sua defesa, durante 20 minutos, o professor Pádua reclamou que a diretoria do ANDES não havia agregado ao relatório/dossiê entregue aos congressistas todos os documentos que solicitara. Ele lamentou ainda o que considerou uma espécie de “linchamento moral”, pois o que se espalhou é que possuía uma dívida com o ANDES de pelo menos 14 mil reais e, ao final do processo, comprovou-se de que representava menos de 800 reais. O debate sobre essa questão foi muito polêmico e moroso. E, mesmo após o encaminamento em favor da cobrança, muitos não concordaram plenamente. O professor Fernando Molinos, vinculado à ADUFRGS, afirmou que continuou em dúvida se a dívida existia ou não.



Pádua: 20 minutos para contestar dívida